

ACTA NÚMERO 26/XII/1ª SL

13.Dezembro.2011 – 15h00

Aos 13 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Projecto de Resolução nº 136/XII/1ª – BE – Recomenda ao Governo que estabeleça um novo prazo de candidaturas às bolsas de acção social escolar no Ensino Superior

- **Discussão em Comissão**

5. Audiência à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto – 15h00

6. Audiência ao Fórum para a Liberdade de Educação – 16h00

7. COM(2011)817-Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 294/2008, que estabelece o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho da Comissão: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1433] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1434].

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

8. COM(2011)822 - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Programa Estratégico de Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT): a contribuição do EIT para uma Europa mais inovadora. Esta iniciativa tem associados os documentos de trabalho anexados à iniciativa anterior.

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

9. Outros assuntos

10. Data das próximas reuniões

Data da próxima reunião

20.Dezembro.2011 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Tendo chegado à CECC, no próprio dia da reunião, o requerimento do PCP respeitante a uma Audição pública sobre a reorganização curricular a realizar em Janeiro, seguida da presença do Ministro da Educação e Ciência em reunião da Comissão Parlamentar em relação à mesma matéria, que o PCP pretendia que fosse discutido na reunião, suscitou-se um debate sobre a alteração ou não da agenda do dia para esse efeito.

Intervieram os deputados Miguel Tiago (PCP), Acácio Pinto (PS) e Ana Drago (BE) defendendo a inclusão do requerimento na ordem do dia, aditando um ponto para esse efeito e os deputados Emídio Guerreiro (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP) com a indicação de que o mesmo deve ser agendado para a próxima reunião.

O Presidente da Comissão, tendo presente que nos termos do artigo 11.º do Regulamento da Comissão a ordem do dia pode ser alterada desde que não haja oposição de qualquer membro da mesma, pôs a votação a ordem do dia conforme tinha sido distribuída, a qual foi aprovada pelos deputados do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE, registando-se a abstenção do PS. Posta depois a votação uma ordem do dia com inclusão do requerimento do PCP, a mesma foi rejeitada com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando os votos a favor dos do PS, PCP e BE.

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que o Projecto de Resolução 139/XII (PS) *Recomenda ao Governo que promova a estabilidade e qualificação do corpo docente nas escolas*, que baixou à Comissão em 9 de Dezembro, foi entretanto discutido na sessão plenária, aguardando-se apenas a sua votação.

3.2. Sessão de homenagem a Passos Manuel

O Presidente referiu que tendo sido proposto que fosse organizada uma homenagem a Passos Manuel na sessão plenária, por ocasião dos 150 anos da sua morte, a Conferência de Líderes considerou preferível organizar uma sessão na Sala do Senado, em termos a sugerir e organizar pela 8.ª Comissão.

Mencionou que foram já contactados o Conservatório Nacional de Música e o Teatro Nacional D. Maria II, que se tinham disponibilizado para prepararem um espectáculo curto, a título gratuito, para se elaborar um programa da sessão. Indicou ainda que se prevê que a realização da sessão ocorra no dia 17 ou 18 de Janeiro (3ª ou 4ª feira).

4. Projecto de Resolução nº 136/XII/1ª – BE – Recomenda ao Governo que estabeleça um novo prazo de candidaturas às bolsas de acção social escolar no Ensino Superior

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) apresentou o Projecto de Resolução, tendo-se registado, de seguida, as intervenções dos Srs. Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Amadeu Albergaria (PSD).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

5. Audiência à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto – 15h00

A Confederação fez-se representar pelos membros da direcção Augusto Flor, Fernando Vaz, Jaime Salomão e José Henrique. A Confederação e o Movimento Associativo Popular têm cerca de 30.000 colectividades, 425.000 dirigentes e cerca de 3.000.000 de associados. Os representantes realçaram em primeiro lugar que o pedido de audiência foi dirigido à Presidente da Assembleia da República, na sequência de terem sido recebidos pelos vários Grupos Parlamentares e foi esta que o remeteu à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Expuseram de seguida uma série de questões, a saber:

1. A falta de regulamentação da [Lei n.º 34/2003](#), de 22 de Agosto, *Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular*, de que resulta que embora sejam definidos como parceiro social, não têm assento nas várias organizações representativas (nomeadamente no Conselho Económico e Social, no Conselho Nacional do Desporto e no Conselho do Voluntariado), não tendo um interlocutor institucional, entendendo que daí resultam prejuízos. Actualmente a Presidência do Conselho de Ministros indicou um assessor para reunir semestralmente com a Confederação, o que reconhecem ser uma evolução, embora defendam que não é suficiente para resolver a questão referida atrás;
2. O indeferimento do pedido de subsídio de desemprego a dirigentes associativos, por fazerem parte dos órgãos sociais de associações;
3. O Movimento Associativo não é subsídio-dependente, mesmo em relação às autarquias, é um contribuinte líquido do Estado. Referiu também que têm uma base de dados actualizada com as associações existentes, que continuam a crescer;
4. As dívidas das autarquias às colectividades, apesar dos protocolos/contratos estabelecidos, por falta de verbas;
5. O aumento das taxas e licenças para as actividades, e bem assim da electricidade e gás, o que dificulta o funcionamento das colectividades.

Interviu de seguida o deputado Miguel Tiago (PCP) que referiu que o seu Grupo Parlamentar tem vindo a apresentar propostas para dar resposta às questões da Confederação, até recentemente no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2012. Reiterou ainda a questão da falta de regulamentação da Lei n.º 34/2003 e fez um apelo aos restantes Grupos Parlamentares para se empenharem na resolução desta questão, nomeadamente junto do Governo. Realçou também a importância do movimento associativo e do voluntariado.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) reiterou a importância do trabalho de proximidade destas entidades e reiterou que dum levantamento ao movimento associativo na zona de Santa Maria da Feira se confirmou que não é subsídio-dependente, mesmo em relação à autarquia, sendo as suas receitas próprias superiores aos apoios que recebem daquela. Salientou ainda que a transversalidade do movimento associativo dificulta a sua interlocução única junto dos vários ministérios, realçando, no entanto, a importância da indicação feita pelo actual Governo de um assessor da Presidência do Conselho de Ministros para reunir semestralmente com a Confederação.

O deputado Carlos Enes (PS) realçou a importância do movimento associativo e a sua tradição na sociedade portuguesa, mesmo antes do 25 de Abril, a realização de actividade com base no voluntariado e a necessidade de apoios públicos. Referiu ainda que o PS apresentou em 2010 o [Projecto de Resolução 83/XI](#), *Recomenda ao Governo a adopção de medidas de incentivo ao Movimento Associativo Popular*, que originou a [Resolução n.º 33/2010](#), publicada no D.R. I Série, n.º 73, de 15 de Abril de 2010, em que se recomendava, entre outras medidas, “a criação do Observatório do Associativismo, enquanto interlocutor do Governo para o associativismo popular, entre outras possíveis atribuições”.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) informou que o seu Grupo Parlamentar votou favoravelmente o Projecto de Resolução acima referido e realçou a importância da indicação de um assessor da Presidência do Conselho de Ministros para reunir semestralmente com a Confederação. Em relação à questão dos dirigentes que têm tido objecções no que se refere à atribuição do subsídio de desemprego em relação a sua actividade profissional de origem, pediu a concretização das situações.

A deputada Ana Drago (CDS-PP), após referir a importância do movimento associativo, que entende que faz sociedade, salientou que do debate parece resultar um compromisso do PSD e do CDS-PP em relação à regulamentação da lei, pelo que se aguarda a sua concretização.

Os representantes da Confederação informaram que as entidades públicas têm indicado que não há subsídio de desemprego para os trabalhadores desempregados que são simultaneamente dirigentes associativos, por estes exercerem funções dirigentes, sejam estas remuneradas ou não, informando que vão remeter informação individualizada em relação a vários casos concretos.

Referiram depois que a Confederação apresentou propostas à Assembleia da República em 2010, as quais não tiveram acolhimento, tendo, no entanto, originado 2 Resoluções com recomendações ao Governo, as quais não tiveram seguimento por este.

Solicitam que seja feito o levantamento exaustivo das associações nacionais e o seu valor económico e social, realçando a importância do voluntariado de prevenção, que evita mais gastos ao Estado.

Realçaram que a indicação de um assessor para reunir com a Confederação não resolve o problema da falta de representação institucional, a qual se prende com o seu papel transversal.

Por último, deixaram um estudo sobre a caracterização do associativismo confederado, feito pela Universidade Lusófona e um Guia de Boas Práticas, que estão disponíveis na [página da Comissão](#). Está também disponível na página a gravação da reunião.

6. Audiência ao Fórum para a Liberdade de Educação – 16h00

O Fórum fez-se representar por Fernando Adão da Fonseca, Francisco Vieira e Sousa e Alexandra Costa Pinheiro. Realçaram em primeiro lugar que o Fórum tem vindo a fazer uma reflexão sobre os problemas da educação e sobre a reforma educacional, obtendo experiências de outros países. Nesse âmbito entregaram 3 documentos, que estão disponíveis na [página da Comissão](#), a saber: “*Uma estratégia para o ensino em Portugal*”, de Fernando Adão da Fonseca, “*Reformas educativas de sucesso – Os casos da Nova Zelândia, Suécia e Flórida*”, de Francisco Vieira e Sousa e um “*Estudo monográfico sobre a Autonomia da escola – Os casos da Flórida, Inglaterra, Nova Zelândia e Suécia*”, levado a cabo pela Fundação Oliveira Martins.

Nessa sequência, concluíram pela necessidade de flexibilidade na gestão do serviço público de educação, atribuindo-lhe mais autonomia e responsabilização, dando como exemplo o caso da Suécia, em que não se verificaram as 2 situações, com um Estado forte e regulador.

Referiram ainda que Portugal é sempre apresentado como um Estado centralista, com menor autonomia escolas, com menos projectos nascidos nestas e sem a hipótese de os pais escolherem o projecto educativo e as escolas para os filhos.

Intervio de seguida o deputado Amadeu Albergaria (PSD) que salientou que os poderes públicos falam em mais autonomia e questionou se as escolas querem essa autonomia.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) informou que em 1984 o seu Grupo Parlamentar apresentou um projecto de lei sobre cheque-ensino, o que dá testemunho da sua evolução na matéria, realçando que a liberdade de escolha dá mais satisfação às famílias e aos alunos, às suas vontades e necessidades.

Referiu depois que o CDS-PP defende a maior autonomia das escolas, desde logo curricular, e mais responsabilização, realçando a possibilidade de o projecto curricular dar voz aos desejos das famílias.

O deputado Pedro Delgado Alves (PS) realçou que nos últimos 35 anos se verificou um incremento da qualidade da educação e embora manifestando-se a favor da autonomia, referiu que deve haver um núcleo básico harmonizado de saberes.

A deputada Rita Rato (PCP) manifestou concordância com a autonomia no abstracto, realçando, no entanto, que se verifica um ataque à escola pública, que coloca em risco a igualdade de acesso, e referindo a necessidade de cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Ensino.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que toda a gente concorda com a autonomia das escolas, embora de formas diferentes e que a educação tem sido regulada pelo mercado e não deve ser, já que consiste num direito, salientando que se a escolha das escolas não for regulada pelo preço, as melhores escolas não vão ser suficientes para a procura. Manifestou-se ainda no sentido de que a autonomia é um prémio para as escolas que atingem bons resultados, enquanto as que não os atingem devem perder a autonomia.

Os representantes do Fórum referiram novamente que Portugal tem uma cultura centralista, realçaram a importância da liberdade de escolha e a concepção que defendem de um serviço público de educação, independentemente da propriedade e gestão das escolas.

Indicaram ainda que o mercado é resultado da liberdade de escolha e que argumentar contra esta com a igualdade de oportunidades não é correcto, salientando que o nosso sistema é dos mais desiguais da Europa, permitindo a liberdade de escolha a quem tem mais poder económico, mas não às restantes pessoas.

Está também disponível na [página da Comissão](#) a gravação da reunião.

11. COM(2011)817-Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 294/2008, que estabelece o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho da Comissão: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1433] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1434].

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) pronunciou-se no sentido de se proceder ao escrutínio desta iniciativa, o que foi aceite por todos os Deputados presentes.

A apreciação do parecer deverá ocorrer na reunião de 10 de Janeiro de 2012, cabendo ao PSD a indicação de relator.

12. COM(2011)822 - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Programa Estratégico de Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT): a contribuição do EIT para uma Europa mais inovadora. Esta iniciativa tem associados os documentos de trabalho anexados à iniciativa anterior.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) propôs que a Comissão proceda ao escrutínio desta iniciativa, o que foi aceite por todos os Deputados presentes.

A apreciação do parecer deverá ocorrer na reunião de 10 de Janeiro de 2012, cabendo ao PSD a indicação de relator.

13. Outros assuntos

A deputada Rita Rato (PCP) questionou se o mandato do Grupo de Trabalho dos Currículos inclui a revisão curricular, nomeadamente o acompanhamento das alterações em curso, manifestando-se no sentido de essas matérias serem tratadas no plenário da Comissão. O Presidente da Comissão referiu que dado que o Grupo de Trabalho reunirá no dia seguinte, analisará essa questão e proporá à Comissão aquilo que entender.

14. Data das próximas reuniões

Data da próxima reunião

20.Dezembro.2011 – 15h00

A reunião foi encerrada às 17:32 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Dezembro 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Jorge
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros

Informação

[Projecto de Resolução n.º 136/XII \(1ª\)](#)

– (GP/BE)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 13/12/2011

Recomenda ao Governo que estabeleça um novo prazo de candidatura às bolsas de acção social escolar no ensino superior

1. Os oito Deputados do Grupo Parlamentar do BE tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 136/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 05 de Dezembro de 2011, tendo sido admitida no dia 07 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 13 de Dezembro de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Ana Drago (BE) apresentou o Projecto de Resolução, chamando a atenção para o facto de os valores de abandono escolar, ao nível da formação superior, terem disparado, o que deve ser ponderado no actual contexto de crise social e financeira das famílias. Considerou ainda que muitos estudantes que ingressaram este ano, pela primeira vez, nas instituições de ensino superior se arriscam a não obter qualquer apoio de acção social escolar, por desconhecimento das regras de candidatura ou por dificuldades burocráticas várias.

Assim, propõe, em suma, que se recomende ao Governo que estabeleça um novo prazo para a recepção e análise das candidaturas a bolsa de estudo para os estudantes que ingressaram este ano pela primeira vez no ensino superior e que defina novos instrumentos de apoio aos estudantes carenciados no âmbito da acção social escolar indirecta.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu-se às dificuldades burocráticas de identificação dos novos candidatos e à incerteza decorrente da passagem do antigo para o novo regulamento, que se pretendia, contudo, mais clarificador e mais célere. Defendeu ainda que, no actual contexto de crise, deverá conceder-se especial atenção à disponibilização de meios e à agilização de procedimentos. Por último, considerou que as medidas propostas neste PJR não suscitam dificuldades de acréscimo orçamental, uma vez que o próprio Ministro da Educação e Ciência, aquando da recente discussão do Orçamento do Estado, admitiu que o valor das bolsas de acção social escolar ficaria aquém do orçamentado.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) afirmou que o seu Grupo Parlamentar vai apresentar uma iniciativa legislativa sobre esta matéria.

5. Realizada a discussão, cuja gravação áudio será disponibilizada no processo do Projecto de Resolução, na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Projecto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 14 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)